

## **POLÍTICA, EDUCAÇÃO E PERIFERIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CASO RECENTE DE PRECARIEDADE DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO BAIRRO OPERÁRIO DE PEQUIÁ, EM AÇAILÂNDIA - MA**

Marcos Antonio Alves da Silva<sup>1</sup>; Wellington da Silva Conceição<sup>2</sup>

(Universidade Federal do Tocantins - UFT; [marcos.antonio@mail.uft.edu.br](mailto:marcos.antonio@mail.uft.edu.br), [wellington.cs@mail.uft.edu.br](mailto:wellington.cs@mail.uft.edu.br))

**Resumo:** A hipótese que levantamos neste artigo é que a divisão social do território produz diferenciações no sistema público de ensino e analisamos de forma particular o caso do bairro operário de Pequiá, em Açailândia – MA. Para efetuar esta análise tomamos como partida os conceitos das obras de Pierre Bourdieu, incluindo reflexões de autores contemporâneos e utilizamos das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. O objetivo deste trabalho é, partindo das condições físicas da estrutura predial da escola, analisar a influência do território, efeito-lugar ou efeito-vizinhança, na qualidade dos serviços prestados, especificamente a educação, e o impacto produzido na vida destes estudantes, certos de poder explicar estas condições por meio de raciocínios construídos nas Ciências Sociais. O espaço é local para exercício e afirmação de poder: o abandono de determinadas regiões é na verdade a expressão da ausência do Estado, ou de outra forma, esta ausência é a operação de um poder, a forma como se convencionou utilizá-lo. O espaço físico simboliza também o espaço social que os indivíduos ocupam no sistema de hierarquias e preferências sociais. Escrito nas estruturas mentais, as condições precárias do espaço físico são incorporadas, colocando o indivíduo em um estado de resignação e naturalização das problemáticas, é o meio pelo qual se incorporam as estruturas sociais que por sua vez, legitimam e mantêm a desigualdade.

**Palavras-chave:** Efeito de lugar; Pequiá; Escola; Infraestrutura.

### **INTRODUÇÃO**

A *Internet* está cheia de polêmicas sobre o que é e o que não é mídia alternativa e ainda mais se *site* e *blog* de notícia poderiam ser considerados como mídia alternativa; se seu trabalho teria alguma validade ou aproximação com o jornalístico. Entendemos acima de qualquer coisa que com o advento da *Internet* estes veículos ajudam positivamente a amplificar e pluralizar as diversas vozes em meio aos debates políticos, até mesmo trazendo novas pautas, muitas delas omitidas pelos veículos de comunicação tradicional. Mesmo sem entrar na discussão, é daqui que parte o nosso trabalho.

No dia 14 de fevereiro de 2018, em Açailândia – MA, foi divulgado em um dos *blogs* da cidade algumas fotos e um retrospecto histórico da degradação de uma escola de ensino fundamental da rede municipal de ensino. Às vésperas do retorno das aulas a matéria se espalha pelas redes sociais e toma proporções inimagináveis; um dia depois chega às dezenas de milhares de pessoas alcançadas no *Facebook*, principal rede social da atualidade, levando em poucos dias à vistoria pelo Ministério Público (MP) e a abertura de uma Comissão Parlamen-

<sup>1</sup> Autor; Graduando em Ciências Sociais (UFT)

<sup>2</sup> Orientador; Doutor em Ciências Sociais (UERJ), Professor do Magistério Superior (UFT).

tar de Inquérito (CPI) na Câmara de Vereadores a pedido do sindicato dos servidores públicos municipais.

Também fora acentuado pelo *blog* que um ano antes, em 30 de janeiro de 2017, o MP-MA havia realizado outra vistoria em algumas escolas e conversado posteriormente com o prefeito municipal; constatada a deterioração das unidades exigiu da parte do poder público a tomada de providências imediatas para sanar aqueles problemas.

Nesta primeira ocasião, foram inspecionadas a escola infantil Egídio Quintal Filho, do bairro Plano da Serra e as escolas de ensino fundamental Eduardo Pereira Duarte e Almirante Barroso, de Pequiá e Pequiá de Baixo, respectivamente.

Observadas em comum, as três unidades vistoriadas pelos representantes do Ministério Público em janeiro de 2017 possuíam, essencialmente, três características, a saber: proximidade geográfica entre si e relativa distância do centro da cidade; maior proximidade com os grandes empreendimentos da cadeia produtiva da mineração e da celulose e por isso também, em bairros habitados majoritariamente por trabalhadores e dependentes dessas atividades econômicas.

Acontece que depois dessa revista em 2017 nenhuma alteração importante foi realizada na estrutura dos estabelecimentos de ensino e o executivo municipal alegava que 29 das suas unidades de ensino funcionavam em imóveis alugados o que impedia os investimentos. Muito pelo contrário, das três em discussão somente a escola infantil Egídio Quintal Filho funcionava em prédio particular, o que tornava a alegação obviamente inválida.

O meio de comunicação optou por dissertar sobre e apresentar as condições de uma única escola, aquela que parecia, de todas da cidade, se encontrar em piores condições: a escola Eduardo Pereira Duarte, de Pequiá, figurando entre as cinco escolas mais antigas da cidade, construída no mesmo ano de sua emancipação política (1981) o estabelecimento achava-se há cinco anos sem nenhuma reforma ou mesmo, pintura.

Foi nesse contexto que surgiu o interesse por um trabalho como este, entendendo que estes acontecimentos podem ser explicados por raciocínios construídos nas Ciências Sociais, relacionando à infraestrutura precária destas escolas ao lugar onde elas se encontram e os efeitos que produzem na vida dos estudantes.

O objetivo deste trabalho é, portanto, partindo de condições físicas da estrutura predial da escola, analisar a influência do território na qualidade dos serviços prestados, especificamente a educação, no bairro de Pequiá, em Açailândia – MA.

São objetivos específicos:

- i) Investigar a relação educação-território a partir dos conceitos e da sociologia de Bourdieu e demais autores contemporâneos;
- ii) Identificar a simbologia da precária condição física das escolas públicas e investigar possíveis prejuízos ao processo ensino-aprendizagem e favoráveis à manutenção das desigualdades sociais;
- iii) Colaborar com as discussões tomadas a nível nacional e latino-americano a respeito da educação e da organização do espaço.

A hipótese que levantamos neste artigo é que a divisão social do território produz diferenciações no sistema público de ensino, analisando de forma particular o caso do bairro de Pequiá, principal pólo industrial de Açailândia – MA, habitado predominantemente por famílias que tem como principal atividade econômica o trabalho operário. Para efetuar esta análise utilizamos de conceitos das obras de Pierre Bourdieu e adotamos o modelo de socialização institucional em que, resumidamente, trata da relação entre a vizinhança e destas com os aparelhos institucionais.

É importante salientar o caráter peculiar da pesquisa: temos conhecimentos de outros vários trabalhos que foram produzidos tendo o mesmo bairro e suas particularidades como objeto de estudo: o foco da maioria deles é a problemática socioambiental, outros fazem sua análise sob a ótica do direito e até da sociologia do trabalho. Nenhum deles, porém, parece tratar a questão da educação no bairro, ainda mais a relacionando com a questão territorial tão presente em todos os trabalhos, portanto nosso estudo se faz inovador e pioneiro ao incluir nas discussões o modelo de abordagem da sociologia da educação, com profundo caráter exploratório, colocando ao lado o exemplo prático, real, para o qual os estudos sociológicos podem sugerir conjecturas de grande valor.

## **METODOLOGIA**

A opção metodológica adotada neste trabalho é a da pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental para a revisão de conceitos e categorias de trabalhos acadêmicos anteriores e levantamento de dados secundários (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 189), coletados por meio de análise de laudos técnicos, notícias e publicações em meio digital que utilizamos para contextualizar o trabalho e tornar fidedigna a pesquisa.

Da técnica bibliográfica utilizamos a imprensa escrita e publicações científicas, que Marconi e Lakatos (2017) fazem questão de conceituar como sendo não uma mera repetição mas “o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 200).

Por mirar os esforços sobre um caso particular, a pesquisa encaixa-se também na categoria Estudo de Caso definida por Severino (2007, p. 121) para a qual se exige que o caso escolhido seja “significativo e bem representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, autorizando inferências” (2007, p. 121); sendo assim, as situações análogas são os inúmeros contextos de precariedade das instituições públicas de ensino nas periferias que podem, ao menos parcialmente, serem explicadas por este trabalho.

Utilizamos ainda uma combinação dos estudos da sociologia urbana e da sociologia da educação, partindo das obras de Pierre Bourdieu e incluindo reflexões de autores contemporâneos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **PEQUIÁ: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CONFLITOS**

É consenso entre os que estudaram o bairro de Pequiá a presença de camponeses já em meados de 1950 (BELFORT, 2016; EVANGELISTA, 2008). Na década de 80 chega à cidade, estabelecendo-se de forma específica neste bairro o Programa Grande Carajás com a construção da EFC (Estrada de Ferro Carajás) e por questão de logística, cinco siderúrgicas também se estabeleceram ali. Evangelista (2008, p. 27) explica que estes trabalhadores são mais do que assimilados para a nova realidade industrial, são as próprias relações de sociabilidade que se alteram. “O povoado camponês passou em poucos anos à condição de bairro operário” (EVANGELISTA, 2008, p. 39).

A modificação social, econômica e política provocada na região que tinha uma economia até então baseada na extração madeireira e na agricultura é acompanhada também de um processo de urbanização acelerada com ausência de planejamento. O discurso desenvolvimentista da atração de emprego e elevação da renda atrai também migrantes para cidade, tornando o bairro do Pequiá o que Cancela (1992) chamou de “depositário de mão de obra. Um mix de bairro operário com favela”.

O Pequiá é um bairro extremamente impactado, como denuncia o relatório da FIDH (Federação Internacional de Direitos Humanos), social e ambientalmente; o relatório ainda indica que mais da metade dos habitantes do bairro sofrem de algum tipo de doença relacionado diretamente à poluição. Uma parte do bairro, a mais afetada pelas indústrias, Pequiá de Baixo, luta na justiça com o Estado, as siderúrgicas e a Vale S. A. (Antiga CIA Vale do Rio Doce) desde 2005 para que 300 famílias sejam reassentadas para um local que possam viver



com mais dignidade. Fruto de suas mobilizações e conquistas ao longo de mais de uma década, as obras de construção do novo bairro deve começar até 2019.

## **DA FAMÍLIA À VIZINHANÇA E O TERRITÓRIO: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO FOCO ANALÍTICO DA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO**

Em “A cidade contra a escola?”, importante trabalho de Ribeiro e Koslinski (2009), os autores fazem um retrospecto histórico dos estudos da sociologia da educação sobre a temática da relação entre a escola e as desigualdades sociais, ou inversamente, como esta instituição pode ser importante para mobilidade social.

A primeira geração desses estudos foi motivada por governos que pretendiam amplas reformas educacionais; tinham um caráter empírico e quantitativo para embasar políticas públicas, seus resultados apontam a origem social dos alunos – ou seja, a que família e que classe pertence – como fator de diferenciação. A segunda geração tenta orientar-se por dois objetivos, o primeiro deles referente à demonstração – nas palavras dos autores – que “a escola faz diferença”, o efeito-escola, e que esta pode exercer efeito sobre as oportunidades educacionais, o enfoque é sobre a atuação e eficiência da própria escola.

Surgida nas duas últimas décadas, a terceira geração apontada por Ribeiro e Koslinski passa a combinar abordagens mescladas da sociologia da educação com a sociologia urbana e o principal motivo para isso seria “a exacerbação dos fenômenos de guetificação nas grandes cidades” (2009, p. 354) – processo que cria segregações e “apartheids” sociais e culturais.

Os estudos que centravam suas análises sobre família e a sua ligação com a escola para explicar desigualdades educacionais - como a noção de capital cultural de Bourdieu - passam a partir da década de 1990 a considerar o chamado “efeito-vizinhança” e “geografia de oportunidades” – termos tomados da sociologia urbana – mas ainda não deixaram de ser maioria entre as pesquisas nacionais (ARAÚJO; SILVEIRA NETO, 2016). Nesta terceira fase, ou geração, importa relacionar a organização social do território com as oportunidades educacionais.

A noção de capital cultural de Bourdieu implica a participação expressiva do papel familiar na transmissão e nas estratégias de maximização desse bem, não descarta a influência da “residência” mas sugere, em sua obra “A distinção”, que esta seja uma variável secundária (BOURDIEU, 1979, p. 111).

Este autor é importante para sociologia da educação, pois com seu conceito de capital cultural – central no entendimento da reprodução das estruturas sociais – tenta dar conta da

desigualdade equacionando desempenho escolar das crianças e classe social; retira, portanto, o sucesso escolar do campo do dom, do mérito, do talento individual e natural, inserindo a discussão no seio das relações sociais e apontando a distribuição de capital cultural e a transmissão de bens culturais e de habilidades adquiridas excepcionalmente na família como primeiro aspecto para a distinção, que é essencialmente definida como aquilo que os homens almejam para si (BOURDIEU, 1998, p.73). Desse modo, as diferenças de posse de capitais no interior familiar influenciam estudantes em meios sociais desiguais.

As vizinhanças, por sua vez, são compreendidas como espaços de mediação entre a família e a escola, portanto onde também acontece socialização. O pressuposto do efeito-vizinhança é que a distribuição desigual de equipamentos escolares e a composição socioeconômica do bairro condicionaria de alguma forma a trajetória escolar, ou seja, as oportunidades tendem a variar de acordo com as características socioeconômicas dos vizinhos e da qualidade dos serviços prestados na vizinhança capaz de suprir ou não as necessidades.

A expressiva concentração de pobres em áreas economicamente estagnadas e com relativa ineficiência das instituições são sinais das transformações socioeconômicas do mundo globalizado que modificam continuamente a organização das cidades.

Ainda para nos ajudar a pensar um possível efeito-vizinhança sobre os resultados educacionais temos o modelo de socialização institucional: segundo esta construção teórica, o pressuposto básico é que os indivíduos são “afetados pela qualidade dos serviços que são oferecidos em suas vizinhanças” (RIBEIRO e KOSLINSKI, 2009, p. 359). A disponibilidade, ou a indisponibilidade de recursos institucionais – como a infraestrutura de uma escola ou um centro de formação para jovens – torna-se hipótese para explicar as diferenças educacionais e, conseqüentemente, socioeconômicas.

A desigualdade na distribuição de instituições escolares nos contextos urbanos é considerada, de um lado, a partir das dimensões de infraestrutura, recursos humanos e expectativas dos professores e, de outro, a partir da composição do alunado. Isto é, as trajetórias e resultados escolares dos indivíduos seriam afetados não somente por processos de socialização na vizinhança, como também pelo acesso desigual a escolas de qualidade. (Koslinski *et al*, p. 1179, 2013).

Bourdieu, em seu artigo “Efeitos de Lugar” descreve que esses lugares abandonados, utilizando sua expressão, se definem, “fundamentalmente, por uma ausência – essencialmente a do Estado, e de tudo que disso decorre: a polícia, a escola, as instituições de saúde, as associações, etc.” (BOURDIEU, 1993, p. 159).

Vizinhanças pobres ficariam assim, carentes de recursos institucionais de qualidade, como descreve Pierre Bourdieu: o “efeito clube” que cria nos bairros e outros espaços chiques o princípio da exclusão de pessoas indesejáveis e consagra seus habitantes que “têm em co-

mum não serem comuns” (a distinção) cria inversamente nos bairros estigmatizados a degradação de seus habitantes que em comum têm sua excomunhão; acrescenta ainda que a reunião de “homogêneos na despossessão” produz um efeito de nivelamento, de atração para baixo.

## **A PRESENÇA DO ESTADO**

Da mesma forma que a presença, ou a “presença inoperante” do Estado e suas instituições – como comentaremos a frente – é responsável por explicar grande parte das desigualdades sociais; outras presenças se tornam mais comuns, como têm observados outros autores, e preenchem estas lacunas.

Boardman e Saint Onge (2005) a partir da reunião de estudos de outros autores demonstram como a concentração de lojas de bebidas, a presença de fábricas poluidoras – como explicitamente acontece em Pequiá – e até mesmo os níveis exagerados de escapamento de diesel são mais corriqueiros em determinadas localidades e podem ser associados com características socioeconômicas e raciais das populações que ali habitam.

Nossa definição de ausência se aproxima bastante da “administração dos corpos e gestão calculista da vida” com a qual Foucault define o racismo de Estado, que por sua vez é um dispositivo de poder que delimita o que deve viver e o que deve morrer, garantindo vida a uns e o abandono a outros, tudo isso dentro da lógica do biopoder, concepção teórico-filosófica do francês Michel Foucault: fazer viver, deixar morrer, é este o lema das políticas do biopoder ou biopolítica.

Atualizando estes conceitos, não é só das condições de risco e propícias a morte biológica que estamos falando, apesar de que ao permitir a utilização de uma estrutura perigosa à vida de profissionais e alunos a vida no sentido biológico também é colocada em cheque. Mas estamos falando aqui sobretudo de uma morte simbólica, da morte para o acesso ao emprego e renda, para a ascensão social e econômica, da desqualificação da vida: esta ausência do Estado pelas suas instituições é na verdade uma presença planejada, calculada; no que chamamos de ausência, não existe um Estado inoperante, mas um estado que opera, existe uma presença de um Estado que é omissor e cúmplice ao mesmo tempo. Simplificadamente: não fazer nada também é fazer política.

Em outro artigo seu, “Os excluídos do interior”, Pierre Bourdieu também trata da precariedade das escolas que multiplicaram-se nas periferias, produzindo cada vez mais indivíduos com um mal-estar crônico do fracasso escolar, por trás do discurso de democratização e garantia de oportunidades iguais a Escola continua excluindo e agora exclui inclusive os que estão no seu interior. Por trás da precarização da educação, e/ou das escolas existe uma lógica

de exclusão das oportunidades, mesmo para quem está inserido no contexto educacional em que aparentemente as oportunidades se igualam.

O relatório Coleman (1966) também sugere que as diferenças são ocasionadas pela origem familiar dos alunos, só que em sua pesquisa na realidade norte-americana, a infraestrutura não variava tanto a ponto de ser considerado elemento importante para diferenciar condições de estudo, diferentemente do caso brasileiro em que a disparidade entre a infraestrutura de uma escola e outra pode sim ser tomada como de extrema importância nos processos educacionais.

## **ESPAÇO E DISTÂNCIAS SOCIAIS**

Em “Efeitos de Lugar”, Bourdieu recomenda que seja analisada com rigor a relação das estruturas do espaço social com as estruturas do espaço físico, pois este último funciona como “uma espécie de simbolização espontânea do espaço social” (1993, p. 160) e complementa: “Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais” (1993, p. 160). Por sua vez, o espaço social é entendido como a estrutura em que as hierarquias ou posições sociais se afirmam, é o lugar para distinção, espaço em que acontecem exclusões mútuas a partir da afirmação ou negação de preferências. (1993, p. 120)

O mesmo autor também contribui para esta discussão à medida que faz algumas afirmações sobre o espaço, a primeira delas é de que o espaço é um lugar para o exercício e a afirmação de poder (BOURDIEU, 1993, p. 163). A segunda é de que como simbolização do espaço social, o espaço físico também está inscrito nas estruturas mentais, ou seja, incorporado: o indivíduo tem sua identidade e individualidade forjada nas relações sociais, em um processo de socialização em que

[...] as surdas injunções e os chamados silenciosos à ordem das estruturas do espaço físico apropriado são uma das mediações através das quais as estruturas sociais se convertem progressivamente em estruturas mentais e em sistemas de preferências. Mais precisamente, a incorporação insensível das estruturas da ordem social realiza-se, sem dúvida, para uma parte importante, através da experiência prolongada e indefinidamente repetida das distâncias espaciais nas quais se afirmam distâncias sociais (BOURDIEU, 1993, p. 162)

Este processo de incorporação, de inscrição destas determinações e preferências nas estruturas mentais serve para legitimar a ordem social. Os que não possuem capital são condenados à experiência da finitude, estão presos ao lugar, mantidos a distância dos bens socialmente mais raros e próximo dos menos desejáveis (BOURDIEU, 1993, p. 164). Esta definição serve para explicar de forma bastante significativa a situação precária das escolas em determinados bairros de Açailândia, em especial o caso aqui analisado, de Pequiá.



Para Bourdieu, a dominação do espaço, seja material ou simbólica e dos bens raros, sejam públicos ou privados, depende necessariamente do capital que se possui, os que não possuem o capital exigido não só são impedidos de adquirir o espaço social e os bens desejados como também são excluídos da distribuição de direitos sociais.

Não é, porém, só a distância dos bens que é considerada pelo autor e que condena à “experiência da finitude”, mais a proximidade com os bens indesejáveis. Propomos aqui repensar e atualizar o conceito de distância do qual Bourdieu se apropria em seu trabalho na tentativa de relacionar distância espacial e distância social (1993, p. 114). Em nosso trabalho a distância social está muito mais associada à proximidade desses bens indesejáveis, ou seja, a prestação de serviços de má qualidade e a ineficiência ou a omissão das instituições, tendo como suporte para isso o entendimento que a vizinhança destes bens não significa necessariamente a diminuição das distâncias sociais, como também que estes dois elementos podem coexistir visto que estar próximo da escola mais precária de toda a cidade não traz demasiadas vantagens aos indivíduos, pelo contrário, legitima e reproduz as estruturas e distâncias sociais.

Marcelo Burgos (2005, p. 191) afirma que este fenômeno de segregação territorial não é só resultado das desigualdades sociais como importante causa da reprodução e do aprofundamento destas desigualdades que afeta com as privações e limitações a própria participação do cidadão no regime democrático.

É relevante neste trabalho avaliar a questão da segregação urbana a partir do modelo da socialização institucional, (JENCKS e MAYER, 1990) em que a presença institucional importa, a infraestrutura da vizinhança importa, e interpretando Bourdieu, em que os bens “mais indesejáveis” também fazem diferença negativamente, aumentando o fosso da desigualdade, enquanto de maneira oposta a vizinhança compartilhada com recursos institucionais de qualidade influencia de forma positiva o desempenho escolar. A qualidade dos serviços de infraestrutura de uma vizinhança afetam, quase que imperceptivelmente os resultados individuais.

Em 2007, Leonardo Evangelista em seu trabalho compara o Pequiá, cercado por siderúrgicas a uma ilha e diz que esta imagem pode sim ter um fundo de crítica ao distanciamento espacial e social que separa o bairro do resto da cidade. Distância espacial de 14 quilômetros do centro de Açailândia, mas “principalmente distância social, sentimento que os moradores possuem de estarem excluídos dos benefícios que uma boa infraestrutura de serviços urbanos possibilita”. (2008, p. 86)

Belfort (2016, p. 69) em um trabalho bem mais recente também constata a mesma ausência de políticas públicas frente às emergências do bairro, “aspectos como emprego, saúde,

educação, moradia e infraestrutura, como serviços de água e esgoto [...] funcionam de maneira precária”.

## **A QUESTÃO DA INFRAESTRUTURA E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO**

Oliveira e Santos (2017, p. 244) fazem um estudo também a partir da questão estrutural das escolas e revelam que 71% das escolas mais precárias do país estão localizadas no Norte e Nordeste. Os autores afirmam ainda que para melhorar os indicadores de desempenho escolar a infraestrutura desempenha função crucial, propiciando um ambiente adequado para o processo de ensino e aprendizagem em que a cultura do estudo seja incentivada o que levará o aumento da eficiência e a promoção da igualdade e institucionalização de saberes. “Sem uma estrutura adequada para a cultura do estudo e da escola não há melhoria dos indicadores de desempenho escolar” e “A falta de infraestrutura escolar associada a falta de capital cultural familiar, inviabiliza a melhoria dos indicadores de desempenho escolar”.

Neste mesmo sentido, Riani e Rios-Neto (2008) em seu trabalho apontam que quanto melhor forem as condições e quanto mais dispositivos (tais como quadras de esportes, bibliotecas e laboratórios) aumentam as chances de o aluno frequentar a escola na idade correta e reduz o efeito da educação familiar, ou seja, o capital cultural transmitido pela família.

Alves e Soares (2013) concebem uma pesquisa que correlaciona os resultados do IDEB com alguns aspectos do cotidiano escolar e, vejam só, a infraestrutura é um deles; mas estes autores ainda são mais audaciosos e em sua observação perspicaz argumentam como determinada estrutura possui maior impacto no rendimento escolar das séries iniciais e não influencia os resultados no anos finais do ensino fundamental, ou seja, para estes autores em sua pesquisa, a infraestrutura além da qualidade precisa ser adaptada se quiser atender a diferentes públicos e “quanto mais se avança no sistema escolar e na idade dos alunos, mais as escolas precisam oferecer”.

Também Gusmão e Ribeiro (2016) em seu trabalho avaliam as políticas educacionais no Acre como condicionante para melhoria do desempenho no IDEB, suas constatações reforçam o que temos falado neste trabalho: não somente a infraestrutura, mas também ela, combinada com outros investimentos dentro da escola propiciam experiências significativas de melhoria da aprendizagem e os indicadores educacionais das avaliações do MEC podem corroborar estas suposições.

De forma alguma é intenção nossa afirmar que só os efeitos da segregação territorial são suficientes para explicar desigualdades educacionais e determinar desempenhos adversos ou que a influência da família é mínima para a otimização deste desempenho, vários outros

fatores devem ser levados em consideração. Mas cabe neste artigo analisar sob a perspectiva do território e da infraestrutura como elementos geradores de desigualdade.

A educação é garantida como direito social no artigo 6º e como dever do Estado para com todos os cidadãos no artigo 205º da Constituição Federal (CF). Ultrapassando as garantias, a jurisprudência também exige no artigo 206º da CF e no artigo 4º da LDB (lei de Diretrizes e Bases da Educação) que o ensino deverá ser ministrado com base no princípio da garantia de padrões mínimos de qualidade, pressupondo igualdade de acesso e permanência do educando.

Muito distante do cumprimento das obrigações asseguradas pela lei, o laudo técnico do Corpo de Bombeiros (2018) expedido após vistoria na Escola Eduardo Pereira Duarte apontava rede de fiação elétrica fora dos padrões da Norma Regulamentadora N°010, ligações diretas e falta de isolamento; Telhado comprometido, com infiltrações, mofo e bolores, com a presença de cupins; Irregularidades no escoamento; Estrutura predial comprometida pelas vigas de madeira em decomposição e paredes com rachaduras; Desníveis; Inexistência de aparelhos extintores e de registro e mangueira GLP válidos para a cozinha.

Dentre a literatura das pesquisas sobre trajetória e eficácia escolar a infraestrutura das escolas é sempre elencada como um dos fatores que determina o desempenho, mas são raros os trabalhos que tendem a aprofundar esta questão, o foco sempre recai sobre a família, suas condições socioeconômicas e/ou o nível de formação dos pais. As condições físicas do ambiente em que o aluno estuda impactam diretamente no rendimento escolar e incomodam talvez mais do que a didática do professor em sala ou a organização pragmática da disciplina e os meios pelos quais se ensina, sem que estes últimos tenham sua importância diminuída.

Se aplicássemos um questionário entre a comunidade escolar das escolas apresentadas neste trabalho, o espaço físico seria provavelmente o maior alvo das reclamações que encontraríamos em suas narrativas. E isso se explica pelo Brasil como um país que dentre as ações dos gestores públicos valoriza as obras físicas e equipamentos públicos duráveis, tais como a reforma de um prédio ou a pavimentação de uma rua e em contraposição, pretere investimentos “não visíveis” como formação de professores ou valorização salarial, como bem explica Melchior (1980). Portanto, como justificar que haja escolas e outros espaços públicos com infraestrutura de péssima qualidade?

## CONCLUSÃO

Entre os insumos aplicados na educação, consideramos que a infraestrutura é significativa e sem ela não é possível garantir a qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas e embora a legislação assegure e institua estas exigências, em muitos locais das realidades brasileiras o cumprimento da legislação quanto à garantia de direitos ainda está distante de ser efetivado.

A primeira premissa aqui evidenciada é que expostos a serviços de má qualidade e instituições ineficientes, os sujeitos estariam não somente sendo desrespeitados na sua condição de cidadão passível de direitos, mas ainda, colocados em condições propícias ao fracasso escolar. As condições socioeconômicas da “vizinhança” contribuiriam juntamente com a infraestrutura no processo de socialização.

O espaço é local para exercício e afirmação de poder. O abandono de determinadas regiões é na verdade a expressão da ausência do Estado substituído geralmente pela presença de outros agentes. Esta ausência é a operação de um poder, é a forma como se convencionou utilizá-lo.

De certa forma, o espaço físico simboliza também o espaço social que os indivíduos ocupam no sistema de hierarquias e preferências sociais. Escrito nas estruturas mentais, as condições precárias do espaço físico são incorporadas, colocando o indivíduo em um estado de resignação, de naturalização destas problemáticas, ainda mais quando este processo acontece no ambiente escolar: a experiência prolongada e indefinitivamente repetida é o meio pelo qual se incorporam as estruturas sociais.

Aos que não possuem capital não é dado a possibilidade de escolha do espaço apropriado e das proximidades com bens e materiais desejáveis ficando condenados à proximidade com os bens mais indesejáveis, como uma escola com infiltrações, sem ventilação, fios descascados e vigas comprometidas. Não só da escolha dos espaços apropriados, os agentes também são excluídos da distribuição de direitos sociais bem como aqueles apresentados no início deste tópico.

Resultados das desigualdades, esta segregação territorial também aprofunda o contraste entre os indivíduos ao expô-los a benefícios diferentes; por outro lado, ao veicular o discurso de democratização e de acessos iguais, transfere imediatamente o problema das desigualdades educacionais para a esfera individual, ora, se os indivíduos estão submetidos às mesmas condições, o fracasso só pode ser explicado pelo desinteresse.

Bourdieu sugere a princípio a existência de diferenças nas condições de acesso à educação formal e de aquisição de uma cultura de estudo, explicadas pelo capital cultural e a



transmissão familiar, posteriormente também há de considerar a vizinhança, o lugar como razão preponderante na estruturação das desigualdades escolares. É sob a perspectiva da socialização institucional que encontramos o meio de vincular o lugar, o espaço e as condições físicas dos dispositivos institucionais.

Não existe uma casualidade possível para explicar o desprezo com que é tratada a educação em determinadas partes da cidade de Açailândia, pelo contrário, reunimos aqui argumentos suficientes para deduzir que por trás deste cenário existe certa racionalidade que determina e orienta a exclusão. O arranjo espacial posto é produto das relações sociais, construído através delas.

## **AGRADECIMENTOS**

A Weylla W. Venâncio Soares, da UEG Porangatu (GO) e Dario Bossi, da Rede JNT e do MCCJ pela leitura e revisão do trabalho, as valiosas dicas e conselhos e, sobretudo pela amizade.

A Fani Rodrigues Hisatomi, pela colaboração importantíssima nesta pesquisa e na organização dos escritos com seu trabalho na biblioteca de Tocantinópolis;

Ao professor doutor Wellington da Silva Conceição, docente da Universidade Federal do Tocantins pela orientação e que com enorme paciência partilhou seus conhecimentos;

De forma muito especial, aos meus pais, Aldenora e Antonio, que me incentivaram a vida inteira com seus exemplos e seus esforços; aos meus irmãos, João Paulo e Jessione pela colaboração e apoio;

A Gerliane da Silva Chaves, graduanda em Ciência da Computação do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) pela revisão do texto e muito mais, deixo expressa toda minha gratidão, minhas palavras aqui seriam insuficientes.

Em nome do Deus de todos os nomes, parafraseando Milton Nascimento, e em nome do povo sempre deportado, marginalizado, nos cais, nas favelas e até nos altares! Em nome do povo que fez seu Palmares e que ainda fará Palmares de novo!

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga. **EFEITO-ESCOLA E FATORES ASSOCIADOS AO PROGRESSO ACADÊMICO DOS ALUNOS ENTRE O INÍCIO DA 5ª SÉRIE E O FIM DA 6ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL**: um estudo longitudinal em escolas públicas no município de Belo Horizonte – MG. 2006. 201 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

BOARDMAN, J. D., & SAINT ONGE, J. M. (2005). Neighborhoods and Adolescent Development. **Children, Youth and Environments**, 15(1), 138–164.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre Félix. **A distinção**: Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007. 556 p.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 159-166.

BURGOS, Marcelo Bauman. Segregação urbana e institucional: a relação entre as escolas públicas e as favelas. **Desigualdade e Diversidade**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.39-57, 29 ago. 2008. Semestral.

CANCELA, Cristina Donza. Estação Piquiá: Um novo quilômetro na fronteira amazônica. **Desenvolvimento & Cidadania**, São Luís, ano 2, nº 6, dez/jan, 1992.

*ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 44., 2016, Foz do Iguaçu. Anais do 44º Encontro Nacional de Economia. Foz do Iguaçu: Anpec, 2016. 584 p.*

EVANGELISTA, Leonardo Nunes. **A CIDADE DA FUMAÇA: a constituição do grupo operário do bairro do Pequiá no município de Açailândia – MA**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. São Luís, 2008.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Brasil: Quanto valem os direitos humanos? Impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia**. FIDH: Paris, França, 2011. Disponível em <fidh.org/IMG/pdf/rapport\_bresil-port-LD-2.pdf>. Acesso em.....

GUSMÃO, J. B de; RIBEIRO, V. M. A política educacional do Acre e os resultados do IDEB. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 97, n. 247, p. 472-489, dez. 2016.

JENCKS, Christopher; MAYER, Susan E.. The Social Consequences of Growing Up in a Poor Neighborhood. In: LYNN, Laurence E.; MCGEARY JUNIOR, Michael G.h. (Ed.). **Inner-City Poverty in the United States**. Washington, D. C.: National Academy Press, 1990. Cap. 4. p. 111-186.

MELCHIOR, J.C.A. Financiamento da educação no Brasil numa perspectiva democrática. **Cadernos de Pesquisa**, n. 34, ago. 1980. p. 39-83.

RIANI, J. L. R.; RIOS-NETO, E. L. G. Background familiar versus perfil escolar do município: qual possui maior impacto no resultado educacional dos alunos brasileiros? **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 251-269, Dez. 2008. Semestral.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KOSLINSKI, Mariane C.. A CIDADE CONTRA A ESCOLA?: O CASO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.351-378, jun. 2009. Semestral.

SILVA, Marcos Antonio Alves da. **Volta às aulas: Em Açailândia, escola municipal está a 5 anos sem reforma**. 2018. Disponível em: <<https://www.marcosilva.co/2018/02/volta-as-aulas-em-acailandia-e-condicoes-precarias.html>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Novamente em Açailândia: Corpo de bombeiros precisa interditar escolar**. 2018. Disponível em: < <https://www.marcosilva.co/2018/02/novamente-em-acailandia-bombeiros-precisam-interditar-escola.html>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Cadê o dinheiro: Prefeitura de Açailândia gastou mais de 2 milhões com reformas de escolas**. 2018. Disponível em: < <https://www.marcosilva.co/2018/02/prefeitura-de-acailandia-recebeu-2-milhoes-para-reformas.html>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura de Açailândia explica o que aconteceu com o tal “2 milhões” das reformas das escolas**. 2018. Disponível em: < <https://www.marcosilva.co/2018/02/prefeitura-de-acailandia-explica-os-2-milhoes-das-reformas-de-escolas.html>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Bombeiros expedem laudo técnico sobre situação de escola em Açailândia**. 2018. Disponível em: <<https://www.marcosilva.co/2018/02/bombeiros-expedem-laudo-tecnico-sobre-escolas-em-acailandia.html>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

CHAVES, Isael Aguiar; SANTOS, Erivan da Silva; BARROS, Giovane Costa. **Laudo de Vistoria Técnica nº 01/2018 / SOAT / 6º CIBM**. Açailândia. 2018. 7 p.

MARANHÃO, Ministério Público do. **AÇAILÂNDIA - MPMA cobra melhorias para as escolas da rede municipal**. 2018. Disponível em: < <https://www.mpma.mp.br/index.php/lista-de-noticias-gerais/12565-acailandia-mpma-cobra-melhorias-para-as-escolas-da-rede-municipal>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

MARANHÃO, Ministério Público do. **AÇAILÂNDIA – Escolas municipais são alvo de inspeção do MPMA**. 2018. Disponível em: <<https://www.mpma.mp.br/index.php/lista-de-noticias-gerais/14330-acailandia-escolas-municipais-sao-alvo-de-inspecao-do-mpma>>. Acesso em: 02 jun. 2018.